

Transparência Pública: Contribuição Para o Fortalecimento da Governança

IX Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União

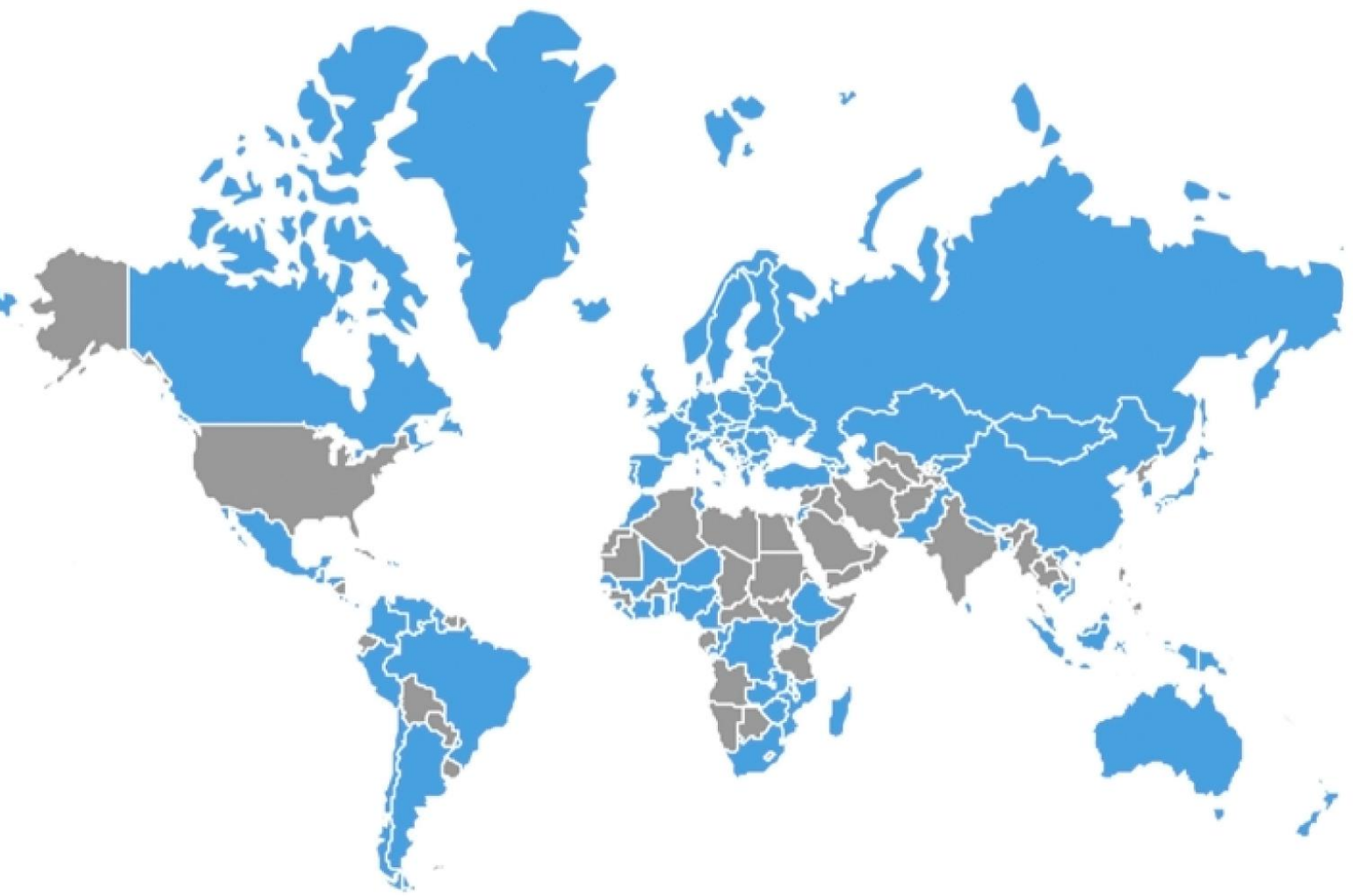
VAMOS NOS CONHECER?

ONDE VOCÊ ATUA?

TRABALHA COM DADOS NO SEU ORGAO?



A Transparência Internacional - Brasil



- Principal organização não-governamental de combate a corrupção no mundo;
- Atuação apartidária e com enfoque sistêmico há mais de 25 anos;
- Representação em mais de 110 países e territórios;
- Presença da TI no Brasil há 8 anos e iniciando a atuação em diversas áreas temáticas.

● Países com presença da Transparência Internacional
● Países sem presença da Transparência Internacional

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E O
FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA
PÚBLICA**

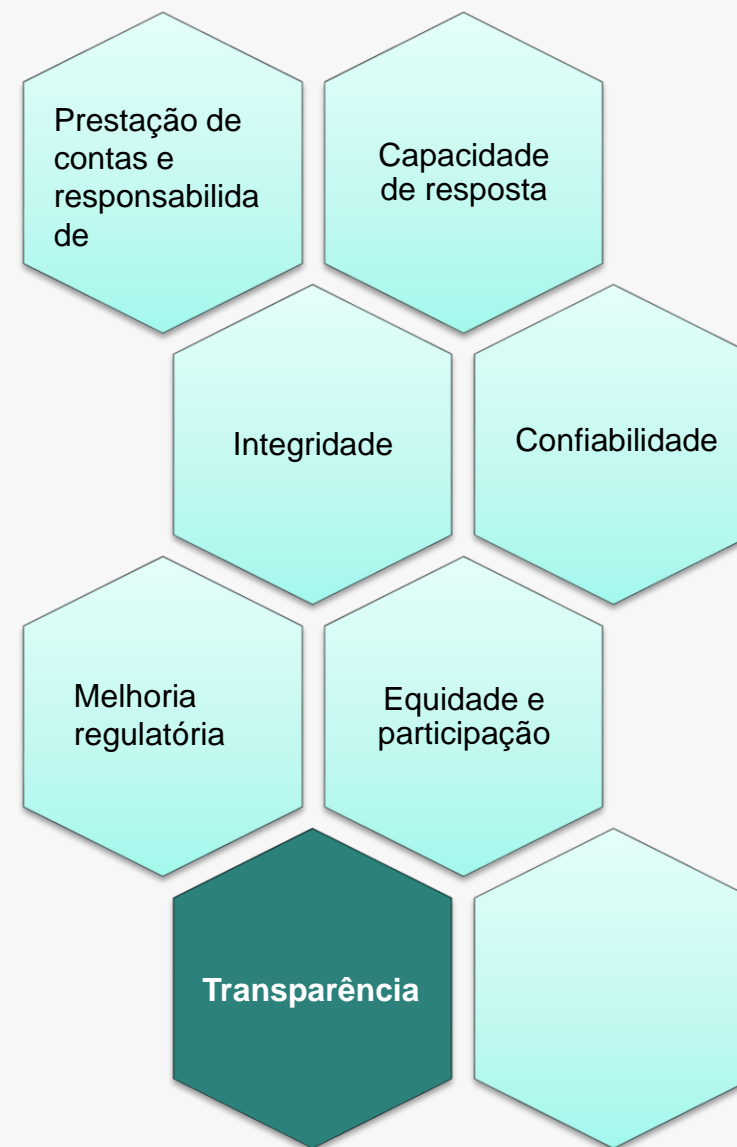
Governança Pública

- “É a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas **avaliar** sua situação e demandas, **direcionar** a sua atuação e **monitorar** o seu funcionamento, de modo a **aumentar as chances de entrega de bons resultados** aos cidadãos, em termos de **serviços e de políticas públicas**” (TCU, 2020).
- Princípios comum na literatura: **prestação de contas, transparência, eficiência e interesse público** como princípio orientador da atuação dos órgãos públicos.

Referencial de Governança Organizacional do TCU

DIRETRIZES

- estabelecer processos decisórios transparentes, baseados em evidências e orientados a riscos, motivados pela equidade e pelo compromisso de atender ao interesse público;
- monitorar o desempenho da organização e utilizar os resultados para identificar oportunidades de melhoria e avaliar as estratégias organizacionais estabelecidas;
- implementar boas práticas de transparência;

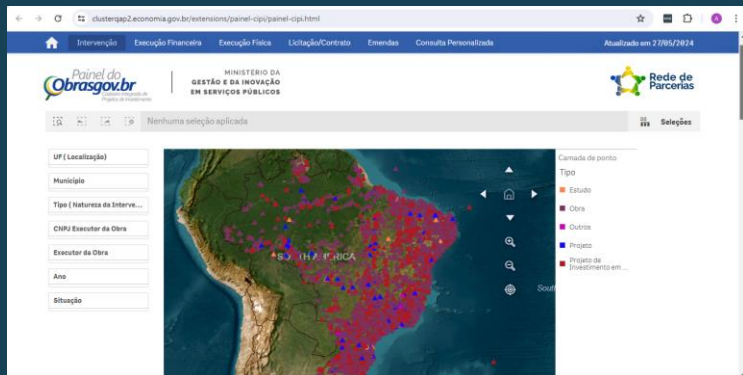


Transparência e Governança Pública

- Lei de Acesso à Informação como um dos mecanismos de governança pública;
- A divulgação de informações públicas e a garantia de transparência é um dos pilares para a promoção de organizações públicas mais íntegras e abertas à população;
- Gestão da informação e sua publicidade como contribuição para a tomada de decisões, avaliação, monitoramento e promoção da eficiência e eficácia das políticas e serviços públicos.

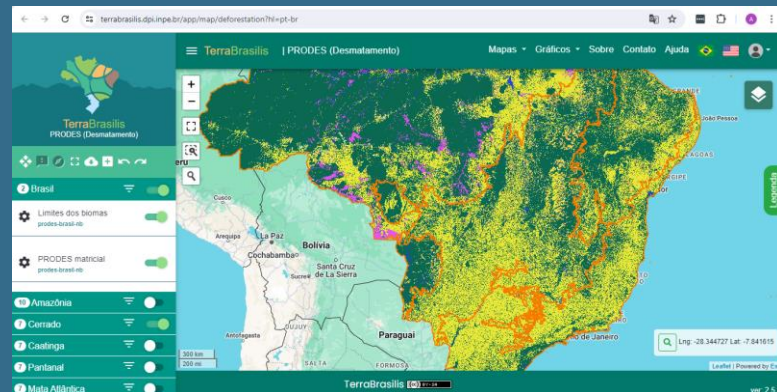
Fortalecimento de políticas públicas

Obras públicas



PAINEL OBRASGOV
Ministério da Gestão e Inovação

Combate ao desmatamento



MAPA DO DESMATAMENTO
INPE/Ministério do Meio Ambiente

Acesso à Informação



PAINEL RESOLVEU?
Controladoria Geral da União

**Quais os desafios que você encontra
com a gestão das informações e dados
no seu trabalho?**



O ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA (ITGP)

O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP)

Objetivo

Avaliar a existência de políticas públicas, legislações, ações governamentais e práticas de transparência, dados abertos, participação, transformação digital, integridade e combate à corrupção, inclusive na gestão de saúde pública nos municípios do Brasil.

Novidades de 2024

- Avaliação das 26 capitais;
- Descrição e fundamentação dos indicadores;
- Exemplos para alguns indicadores;
- Novos temas: emendas parlamentares, obras públicas e lei anticorrupção;
- Ajuste em alguns critérios.

O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP)

Estrutura do ITGP Municipal em 2024

- Avaliação **Geral**

6 dimensões: Legal (6), Plataformas (11), Administrativo e Governança (10), Obras Públicas (7), Transparência financeira e orçamentária (27), Comunicação, Engajamento e Participação (10)

71 indicadores

- Avaliação da **Gestão de Saúde**

4 dimensões: Plataformas (5), Administrativo e Governança (8), Transparência e Abertura de dados (5), Comunicação, Engajamento e Participação (10)

28 indicadores

O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP)

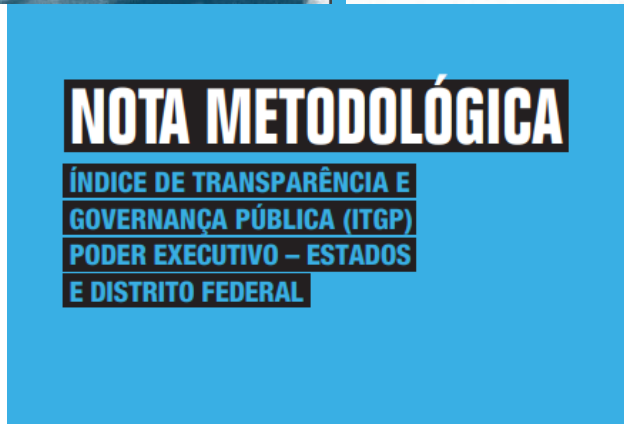
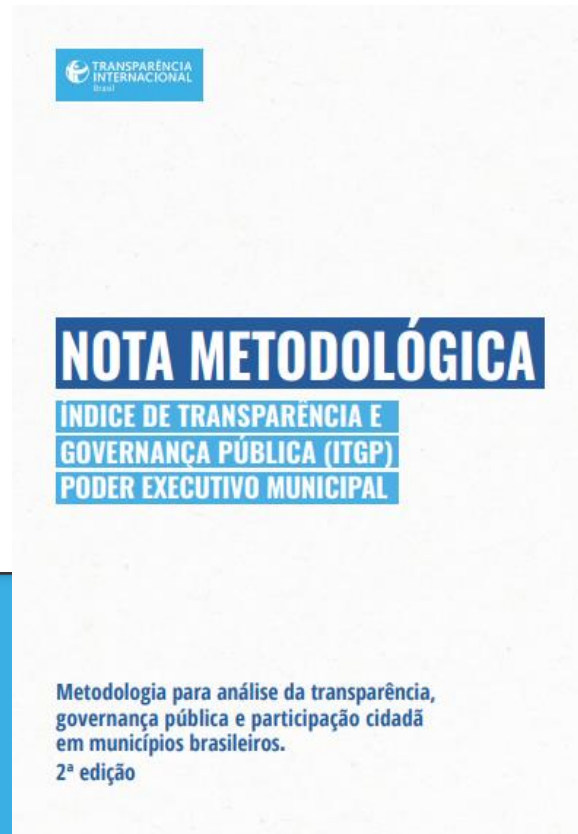
Estrutura do ITGP Estadual em 2022

- Avaliação **Geral**

6 dimensões: Legal (9), Plataformas (6), Administrativo e Governança (14), Financeiro e orçamentário (26), Transformação digital (9), Comunicação (7), Participação (8) e Dados (5)

84 indicadores

Materiais de referência



O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) - Municipal

Legal

- Lei de Acesso à Informação
- Planejamento de abertura de dados
- Conflito de interesses
- Proteção ao denunciante
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
- Lei Anticorrupção

Plataformas

- Divulgação dos canais de informação e transparência em destaque
- Relatórios de pedidos de acesso à informação e ouvidoria
- Acessibilidade digital
- Visualização de dados

Administrativo e governança

- Estrutura governamental e contatos
- Agenda da alta administração
- Estrutura dedicada ao controle interno
- Execução do PPA

Obras públicas

- Portal único para acompanhamento de obras públicas
- Plano de contratação anual
- Licenciamento ambiental
- Fiscais de contrato
- Estudos de impacto
- Participação na contratação de obras públicas

O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) - Municipal

Financeira e orçamentária

- Remuneração
- Verbas indenizatórias e vantagens
- Doações
- Receitas e despesas
- Licitações e contratos
- Contratações emergenciais
- Transferências voluntárias e obrigatórias
- Parcerias firmadas sob o MROSC
- Emendas parlamentares
- Patrimônio público
- Portal de compras públicas
- Relatórios de Gestão fiscal, Execução Orçamentária e Dívida pública

Comunicação participação e engajamento

- Consultas e audiências públicas
- Conselhos de políticas públicas
- Redes sociais
- Difusão de notícias e informações municipais
- Participação no orçamento
- Sistema de gerenciamento de informação e documentos
- Carta de serviços públicos
- Agendamento e prestação digital de serviços

O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) - Estadual

Legal

- Lei de Acesso à Informação
- Planejamento de abertura de dados
- Registro e divulgação de reuniões/interações
- Conflito de interesses
- Proteção ao denunciante
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
- Lei Anticorrupção
- Critérios para ocupação de cargos e nepotismo

Plataformas

- Divulgação dos canais de informação e transparência em destaque
- Relatórios de pedidos de acesso à informação e ouvidoria

Administrativo e governança

- Estrutura governamental e contatos
- Agenda da alta administração
- Estrutura dedicada ao controle interno
- Planejamentos - plano de metas, execução do PPA e prevenção à corrupção
- Comissão de Ética

O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) - Estadual

Financeira e orçamentária

- Remuneração
- Verbas indenizatórias e vantagens
- Incentivos fiscais e seus resultados
- Créditos e financiamentos
- Receitas e despesas
- Licitações e contratos
- Notas fiscais
- Transferências voluntárias e obrigatórias
- Registros públicos de empresas
- Emendas parlamentares
- Patrimônio público
- Portal de compras públicas
- Obras públicas
- Relatórios de Gestão fiscal e Dívida pública

Transformação digital

- Inovações digitais aplicadas à transparência
- Agendamento digital de serviços
- Carta de serviços e Conselho de usuários
- Aplicativo para participação e controle social e transparência pública
- Aplicativo para uso dos servidores públicos
- Utilização do SEI
- Laboratório de inovação

O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) - Estadual

Comunicação

- Canal telefônico gratuito
- Presença ativa nas redes sociais
- Canal de mensagens instantâneo

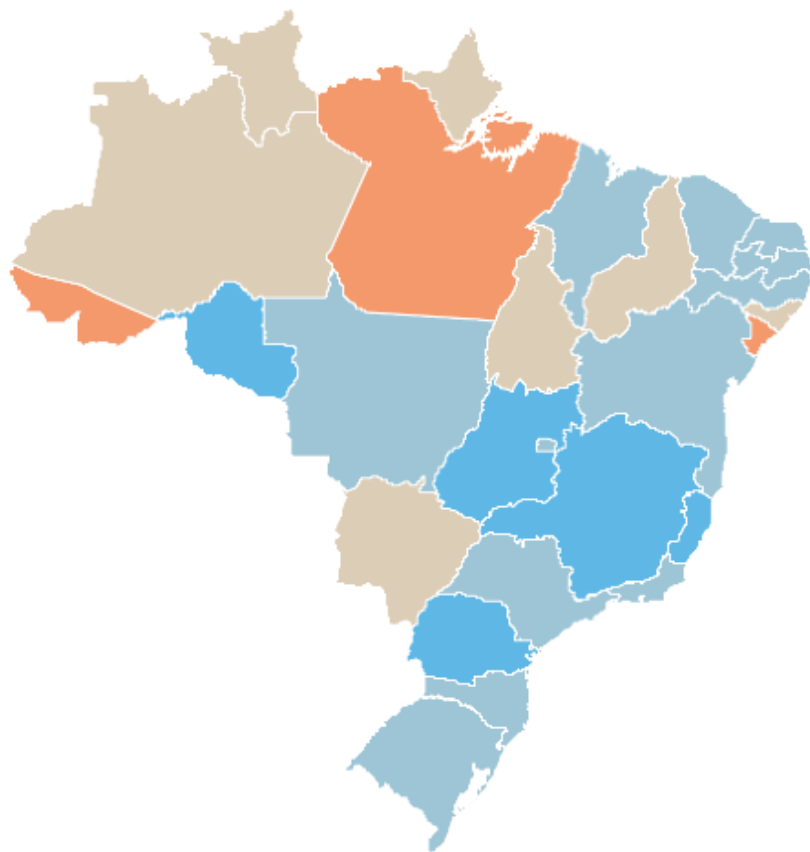
Participação

- Audiências e consultas públicas
- Conselhos de políticas públicas
- Conselho de transparência
- Participação no orçamento
- Canal para envio de dúvidas
- Acessibilidade digital
- Avaliação de serviços

Dados

- Visualização de dados
- Manuais sobre uso de dados abertos
- Canal de solicitação de novas bases de dados
- Canal para relatos de problemas em bases de dados
- Webservice/API

ITGP – Executivo Estadual (2022)

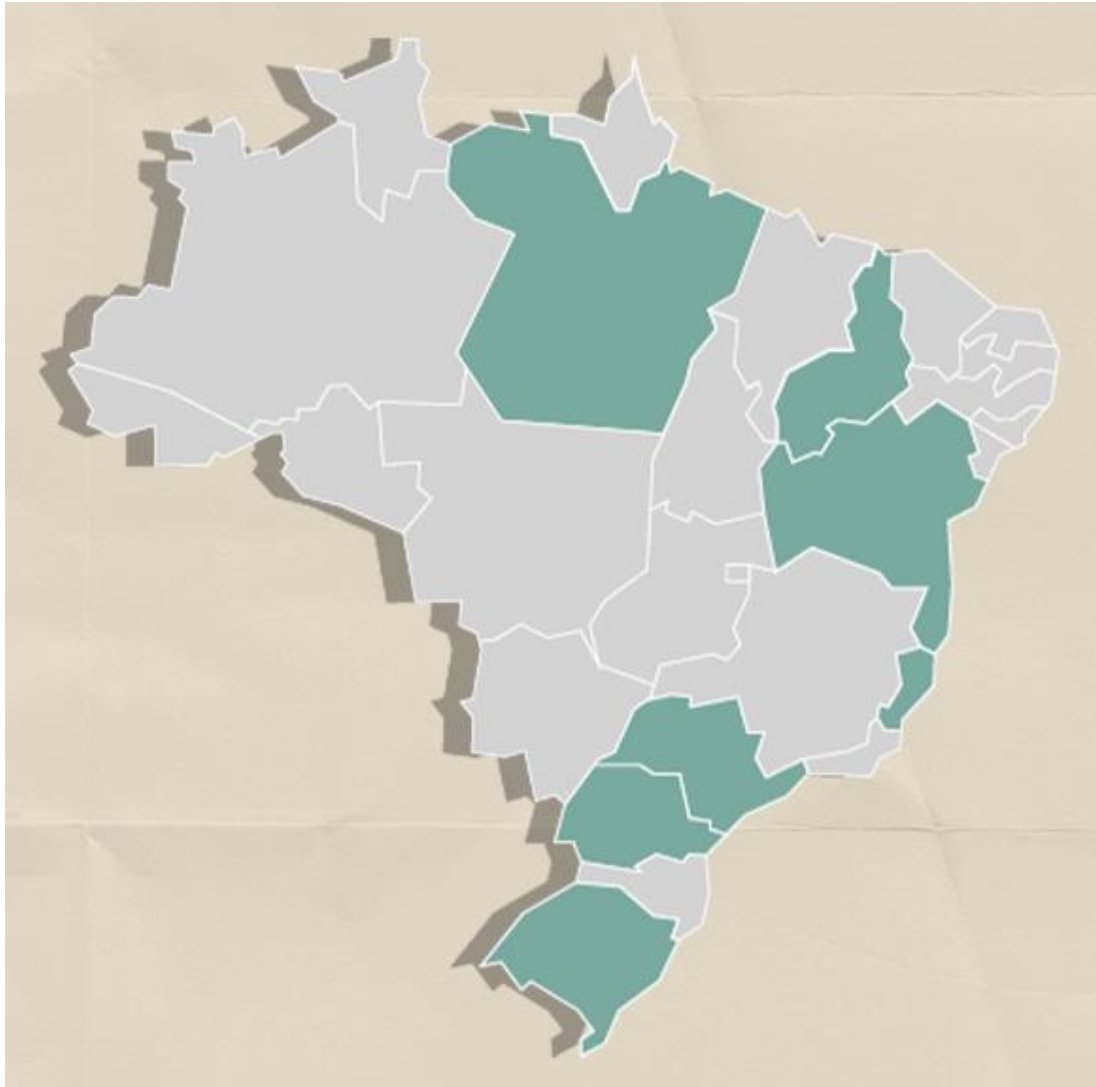


1º	ESPÍRITO SANTO	90,4 PTS
2º	MINAS GERAIS	90,0 PTS
3º	PARANÁ	89,0 PTS
4º	RONDÔNIA	85,2 PTS
5º	GOIÁS	83,0 PTS
6º	RIO GRANDE DO SUL	78,0 PTS
7º	SANTA CATARINA	74,4 PTS
8º	DISTRITO FEDERAL	74,3 PTS
8º	PERNAMBUCO	74,3 PTS
10º	CEARÁ	73,6 PTS
11º	PARAÍBA	69,2 PTS
12º	SÃO PAULO	67,3 PTS
13º	MATO GROSSO	65,9 PTS
14º	MARANHÃO	64,7 PTS
15º	BAHIA	64,5 PTS
16º	RIO DE JANEIRO	61,9 PTS
17º	RIO GRANDE DO NORTE	61,1 PTS

18º	RORAIMA	59,5 PTS
19º	ALAGOAS	57,8 PTS
20º	MATO GROSSO DO SUL	56,2 PTS
21º	AMAZONAS	56,1 PTS
22º	TOCANTINS	53,0 PTS
23º	PIAUI	48,8 PTS
24º	AMAPÁ	42,5 PTS
25º	SERGIPE	36,2 PTS
26º	PARÁ	30,5 PTS
27º	ACRE	26,7 PTS

- **Cinco** estados atingiram o nível **ótimo**
- **Três** estados ficaram com o nível **ruim**
- **Baixa transparência** quando se avalia **emendas parlamentares, obras públicas e incentivos fiscais**

ITGP – Executivo Municipal (2023)



- **187 municípios** de sete estados do país avaliados por **08 organizações** parceiras
- Baixa transparência sobre **leis e normas que amparam a transparência e a integridade**, como a Lei de Acesso à Informação, conflitos de interesse e proteção aos denunciantes
- Falhas na garantia de **instrumentos ativos para a população se informar e participar das políticas públicas**, como agendas de consultas e audiências públicas ou a existência de Conselhos de Transparência ou de Combate à Corrupção

ITGP – Legislativo Estadual (2022)



1º	DISTRITO FEDERAL	75,0 PTS	BOM
2º	ESPÍRITO SANTO	71,0 PTS	BOM
3º	MINAS GERAIS	69,8 PTS	BOM
4º	CEARÁ	60,8 PTS	BOM
5º	GOIÁS	59,3 PTS	REGULAR
6º	MATO GROSSO	58,2 PTS	REGULAR
7º	RIO GRANDE DO SUL	49,1 PTS	REGULAR
8º	PARANÁ	47,5 PTS	REGULAR
9º	SÃO PAULO	46,8 PTS	REGULAR
10º	BAHIA	46,0 PTS	REGULAR
11º	PERNAMBUCO	45,2 PTS	REGULAR
12º	RONDÔNIA	44,9 PTS	REGULAR
13º	SANTA CATARINA	44,4 PTS	REGULAR
14º	MARANHÃO	43,5 PTS	REGULAR
15º	PARÁ	41,4 PTS	REGULAR
16º	RORAIMA	41,3 PTS	REGULAR

17º	RIO GRANDE DO NORTE	38,2 PTS	RUIM
18º	MATO GROSSO DO SUL	36,0 PTS	RUIM
19º	PARAÍBA	35,9 PTS	RUIM
20º	ALAGOAS	33,3 PTS	RUIM
21º	SERGIPE	32,0 PTS	RUIM
22º	AMAZONAS	27,0 PTS	RUIM
23º	TOCANTINS	26,0 PTS	RUIM
24º	RIO DE JANEIRO	24,4 PTS	RUIM
25º	PIAUI	19,0 PTS	PÉSSIMO
26º	AMAPÁ	18,0 PTS	PÉSSIMO
27º	ACRE	14,4 PTS	PÉSSIMO



- **Nenhuma** AL atingiu nível **ótimo**, sendo que **23** apresentam resultados **insatisfatórios**
- Garantia apenas das questões mais **elementares** para a promoção da transparência
- **Atividade parlamentar, oportunidades de participação e mecanismos de integridade**

MUDANÇAS ALCANÇADAS – Executivo estadual

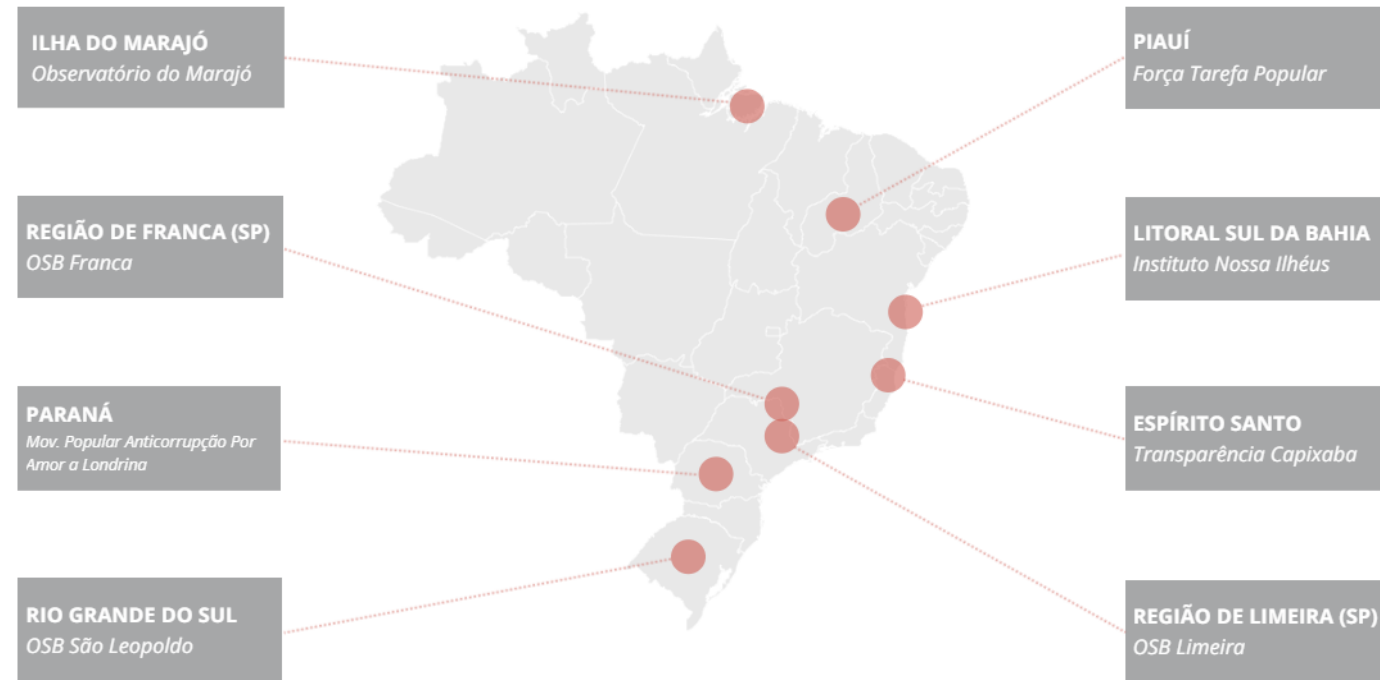
- **13 estados** fizeram **alterações em seus portais de transparência e páginas institucionais** entre a avaliação preliminar e a final;
- **5 estados** publicaram dados sobre **emendas parlamentares** (ES, RO, BA, GO, RR);
- **4 estados** publicaram dados sobre **créditos e financiamentos concedidos** (ES, RN, RO e GO);
- **3 estados** abriram dados sobre **obras públicas** (RS, RN e RO).
- **3 estados** melhoraram seus **canais de denúncias e ouvidorias** (BA, RO e RN);
- **2 estados** publicaram as **agendas dos governadores** (RR e RS);
- **2 estados** abriram dados sobre **contratos públicos** (MA e MT);
- Publicação de novas informações: **incentivos fiscais** (ES) e dados sobre **notas fiscais eletrônicas** (GO);
- Um estado melhorou seus **canais para receber demandas por dados abertos** (MG);

MUDANÇAS ALCANÇADAS – Legislativo estadual

- **07 assembleias legislativas** promoveram mudanças em seus **portais de transparência e disponibilizaram novas informações**
- Painel com a **visualização do voto de cada parlamentar** (DF)
- Abertura de dados dos **salários dos parlamentares** (ES)
- Publicação de **relatório de atendimento de pedidos de acesso à informação** (CE e MT)
- **Novo portal eletrônico** com informações e oportunidades de participação em **audiências públicas** (RN)
- Criação de um **comitê de Transparência** para discutir e aprimorar suas práticas de Transparência (PR e MS)
- **Aprimoramento do Portal de Transparência**, incluindo aspectos de **acessibilidade digital** e atendimento à **LGPD** (MT)

MUDANÇAS ALCANÇADAS – Executivo Municipal

- Em 2022, a nota média dos municípios capixabas foi 53 pontos (considerada uma nota regular). Um ano depois, 5 das 78 prefeituras avaliadas gabaritaram a avaliação, realizada pela Transparência Capixaba, e alcançaram a nota máxima de 100 pontos
- Parcerias entre os governos locais e as entidades avaliadoras, com reuniões de troca de experiência, visitas, apresentação das recomendações
- Parceria com universidades para aplicação da metodologia e disseminação dos resultados
- Projetos de Lei com base nas recomendações do ITGP



Principais pontos de atenção para a divulgação ativa das informações

- Atendimento aos requisitos legais e boas práticas nacionais e internacionais de transparência
- Garantia da disponibilização de informações de forma atualizada, aberta e periódica
- Cuidado com a forma e linguagem utilizada para a disponibilização dos dados
- Diálogo permanente e consulta à população
- Reflexão sobre as diferentes formas de uso das informações disponibilizadas

Recomendações para o fortalecimento da transparência





OBRIGADA!

Amanda Faria Lima
alima@br.transparency.org

Junho 2024